

Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma - 2024

R SIQUEIRA CAMPOS, 61 - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 11.407.543/0001-44 Telefone: (81) 35481159

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024



Documento assinado digitalmente por JONAS BEZERRA TENORIO FILHO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Acesse em: https://eicf.fce.br/pt-br/validarDocumento.htm Código do documento: 529a81d6-61bb-4ece-85d0-45d1b141ae3b

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
FMS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.972.792,86	1.049.218,82	FMS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.920.233,37	992.811,48
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (Nota 4)	3.301.263,82	6.077.337,93	Saldo para o Exercício Seguinte (Nota 8)	1.793.236,89	3.301.263,82
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.301.263,82	6.077.337,93	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.793.236,89	3.301.263,82
CAIXA	72.000,00	72.000,00	CAIXA	238.026,71	72.000,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	3.229.263,82	6.005.337,93	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.555.210,18	3.229.263,82
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	0,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
TOTAL GERAL:	52.231.136,69	44.901.523,82	TOTAL GERAL:	52.231.136,69	44.901.523,82

José Bezerra Tenório Filho
Prefeito
CPF 833.780.303-72

Jason Marcos Ferreira Cavalcanti Junior
Contador
CPF 04415278418

Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma

Nota Explicativa

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 29814141ae3b

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma

CNPJ: 11.407.543/0001-44

a.2. Domicílio da entidade

R SIQUEIRA CAMPOS, 61
CENTRO, Itapissuma – PE
CEP: 53700-000

a.3. Dados do gestor

José Bezerra Tenório Filho
Cargo: Prefeito
CPF: 833.780.303-72

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Jason Marcos Ferreira Cavalcanti Junior
CPF: 04415278418

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1206 de 26 de fevereiro de 2024 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Itapissuma:

Fundo Municipal de Saúde de Itapissuma

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base o Decreto nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.



b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente no passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a taxa cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 17.285.174,93. Houve um aumento de R\$ 6.302.678,70 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 10.982.496,23.

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 20.135.558,84. Houve uma queda de R\$ 2.392.386,62 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 22.527.945,46..



Notta 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 11.509.139,10, sendo R\$ 5.453.679,59 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 5.843.313,49 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 212.146,02 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 3.301.263,82, sendo R\$ 3.301.263,82 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 45.701.354,04. Houve um aumento de R\$ 6.761.922,93 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 38.939.431,11.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 92.723,12. Houve um aumento de R\$ 92.723,12 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 4.643.822,64, sendo R\$ 3.682.145,35 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 477.361,31 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 484.315,98 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 1.793.236,89, sendo R\$ 1.793.236,89 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 52.231.136,69. Houve um aumento de R\$ 7.329.612,87 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 44.901.523,82.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	3.301.263,82
+	Receita Orçamentária	17.285.174,93
+	Transferências Financeiras Recebidas	20.135.558,84
+	Recebimentos Extra Orçamentários	11.509.139,10
-	Despesas Orçamentárias	45.701.354,04
-	Transferências Financeiras Concedidas	92.723,12
-	Pagamentos Extra Orçamentários	4.643.822,64
=	Saldo para o Exercício Seguinte	1.793.236,89

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validarDoc.aspx?cscam=Código do documento: 529a81d6-61bb-4ece-85d0-45d1b141ae3b>

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro.
Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 20.135.558,84
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 92.723,12
Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

RECURSO ORDINÁRIOS:

Totalizando R\$ 0,00

RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

José Bezerra Tenório Filho
Prefeito, CPF 833.780.303-72

Jason Marcos Ferreira Cavalcanti Junior
Contador, CPF 04415278418





Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64

2024

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (Nota 1)	8.249.160,68	7.338.981,12	Despesa Orçamentária (Nota 5)	17.700.720,04	15.220.000,45
Recursos Vinculados à Previdência Social RPPS	8.249.160,68	7.338.981,12	Recursos Vinculados à Previdência Social RPPS	17.700.720,04	15.220.000,45
Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano)	8.249.160,68	7.338.981,12	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano)	17.700.720,04	15.220.000,45
Transferências Financeiras Recebidas (Nota 2)	9.336.877,71	2.466.307,02	Transferências Financeiras Concedidas (Nota 6)	3,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	8.485.450,71	0,00	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	3,00	0,00
ITAPREV - Repasses Recebidos do(a) Prefeitura	8.485.450,71	0,00	ITAPREV - Repasses Concedidos a(o) Prefeitura	3,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	851.427,00	2.466.307,02	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
ITAPREV - Repasses Recebidos do(a) Prefeitura	851.427,00	2.466.307,02			
Recebimentos Extraorçamentários (Nota 3)	3.528.441,75	2.831.686,57	Pagamentos Extraorçamentários (Nota 7)	3.743.354,58	2.776.700,38
Inscrito de Restos a Pagar Não-Processados	1.200,00	155,22	Pagamentos de Restos a Pagar Não-Processados	155,22	169,00
Inscrito de Restos a Pagar Processados	445,22	1.162,92	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.162,92	554,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.526.796,53	2.830.368,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.742.036,44	2.776.631,44
ITAPREV - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	10.895,62	0,00	ITAPREV - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	10.871,77	0,00
ITAPREV - INSS	1.963,54	1.914,00	ITAPREV - INSS	2.073,50	773,50
ITAPREV - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.227.794,69	1.024.205,19	ITAPREV - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.310.935,12	1.024.550,15
ITAPREV - ISS	870,00	958,36	ITAPREV - ISS	0,00	0,00
ITAPREV - PENSÃO ALIMENTÍCIA	7.191,91	520,80	ITAPREV - PENSÃO ALIMENTÍCIA	7.432,28	2.222,43
ITAPREV - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.278.080,77	1.802.770,08	ITAPREV - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	2.410.723,77	1.720.000,36
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (Nota 4)	596.733,42	5.942.524,54	Saldo para o Exercício Seguinte (Nota 8)	267.135,94	596.733,42
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	596.733,42	5.942.524,54	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	267.135,94	596.733,42
CAIXA	0,00	0,00	CAIXA	0,00	0,00
CONTA ÚNICA RPPS	441.061,49	254.261,30	CONTA ÚNICA RPPS	250.397,74	441.061,49
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	0,00	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	0,00
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	155.671,93	5.688.263,24	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	16.738,20	155.671,93
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00

Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV - 2024

AV DAVID GUERRA DE ARAUJO, 136 - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 06.017.837/0001-20 Telefone: (81) 35481336

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Acesse em <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 529a81d6-61bb-4ece-85d0-45d1b141ae3b

TOTAL GERAL:	21.711.213,56	18.579.499,25	TOTAL GERAL:	21.711.213,56	18.579.499,25
--------------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------

Silvânia Maria Bezerra Pottes Monteiro de
Diretora Executiva

Luzia Francisca dos Santos
Contadora
CRC 013.156/0-9

Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 298146-6
Data de emissão: 2024-02-29 10:30:30
Assinado em: 2024-02-29 10:30:30

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV

CNPJ: 06.017.837/0001-20

a.2. Domicílio da entidade

AV DAVID GUERRA DE ARAUJO, 136
CENTRO, Itapissuma – PE
CEP: 53700-000

a.3. Dados do gestor

Silvânia Maria Bezerra Pottes Monteiro de Barros
Cargo: Diretora Executiva
CPF:

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Luzia Francisca dos Santos
CRC: 013.156/0-9

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo de Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 100 de 26 de fevereiro de 2024 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses em função a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidade(s) do Município de Itapissuma:

Instituto De Previdência Dos Servidores Municipais De Itapissuma - ITAPISSUMA-PREV



b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

Documento Assinado Eletronicamente por JOSÉ BEZERRA FILHO, RUI ALVES DE SIQUEIRA em 22/06/2016 às 16:01:46. Assinatura: https://etec.br/pe.gov.br/epi/cal/CalDoc.seam?@=assinatura&documentos=220616-61bb-4cde-904a-000000000000

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas



c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 8.249.160,68. Houve um aumento de R\$ 910.179,56 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 7.338.981,12.

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 9.336.877,71. Houve um aumento de R\$ 6.870.570,69 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 2.466.307,02..

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 3.528.441,75, sendo R\$ 3.526.796,53 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 1.200,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 445,22 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 596.733,42, sendo R\$ 596.733,42 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados. Foi incluído no saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 155.671,93 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

Nota 5: Despesa orçamentária

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 17.700.720,04. Houve um aumento de R\$ 2.493.717,59 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 15.207.002,45.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 3,00. Houve um aumento de R\$ 3,00 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 3.743.354,58, sendo R\$ 3.742.036,44 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 155,22 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 1.162,92 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 267.135,94, sendo R\$ 267.135,94 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados. Foi incluído no saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 16.738,20 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

d) Outras Informações Relevantes



d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 21.711.213,56. Houve um aumento de R\$ 3.131.714,31 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 18.579.499,25.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	596.733,42
+	Receita Orçamentária	8.249.160,68
+	Transferências Financeiras Recebidas	9.336.877,71
+	Recebimentos Extra Orçamentários	3.528.441,75
-	Despesas Orçamentárias	17.700.720,04
-	Transferências Financeiras Concedidas	3,00
-	Pagamentos Extra Orçamentários	3.743.354,58
=	Saldo para o Exercício Seguinte	267.135,94

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 9.336.877,71

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 3,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

RECURSO ORDINÁRIOS:

Totalizando R\$ 0,00

RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

**g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

Silvânia Maria Bezerra Pottes Monteiro de Barros
Diretora Executiva, CPF

Luzia Francisca dos Santos
Contadora, CRC 013.156/O-9

Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma - 2024

R BARAO DE ITAPISSUMA, S/N - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 15.291.317/0001-00 Telefone: (81) 35481438

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024



Documento assinado digitalmente por: JOSÉ BEZERRA DE NORONHA FILHO, RONEILSON DE LIMA FERREIRA, em 15/05/2024 às 15:11:08. Código de verificação: 4295881515110814988504001414820

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (Nota 1)	1.005.527,69	1.541.776,95	Despesa Orçamentária (Nota 5)	6.288.427,20	5.238.886,65
Ordinária	3.290,10	6.456,12	Ordinária	4.936.194,14	4.562.290,55
Recursos não vinculados de Impostos	3.290,10	6.456,12	Recursos não vinculados de Impostos	4.936.194,14	4.562.290,55
Recursos Vinculados à Assistência Social	899.050,48	1.487.422,24	Recursos Vinculados à Assistência Social	1.227.924,38	667.569,10
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	638.106,15	1.439.665,94	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	877.404,87	555.559,58
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	260.944,33	47.756,30	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	350.519,51	111.909,52
Outras Destinações de Recursos	103.187,11	47.898,59	Outras Destinações de Recursos	124.308,68	100,00
Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	0,00	0,00	Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União	106.784,52	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	103.187,11	47.898,59	Outras Transferências de Convênios ou Repasses dos Estados	0,00	0,00
Transferência Especial dos Estados	0,00	0,00	Transferência Especial dos Estados	17.524,16	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (Nota 2)	5.072.734,80	4.484.084,11	Transferências Financeiras Concedidas (Nota 6)	11.523,50	10.770,62
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	5.072.734,80	4.484.084,11	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	11.523,50	10.770,62
FMAS - Repasses Recebidos do(a) Prefeitura	5.072.734,80	4.484.084,11	FMAS - Repasses Concedidos a(o) Prefeitura	11.523,50	10.770,62
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (Nota 3)	558.169,61	578.242,63	Pagamentos Extraorçamentários (Nota 7)	509.153,24	496.414,49
Inscrito de Restos a Pagar Não-Processados	3.661,28	20.033,05	Pagamentos de Restos a Pagar Não-Processados	0,00	15.515,00
Inscrito de Restos a Pagar Processados	38.851,88	74.206,06	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	73.847,14	55.528,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	515.656,45	484.003,52	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	435.306,10	385.370,63
FMAS - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	42.411,94	43.117,72	FMAS - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	42.035,61	43.806,68
FMAS - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	84.478,04	94.310,91	FMAS - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.083,10	0,00
FMAS - ISS	3.658,39	11.260,53	FMAS - ISS	397,64	5.549,77
FMAS - PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.825,20	1.825,20	FMAS - PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.825,20	1.825,20
FMAS - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	2.394,18	2.689,17	FMAS - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	2.454,58	1.704,92
FMAS - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	135.002,75	101.572,12	FMAS - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	134.890,58	125.673,34
FMAS - RETENÇÃO RELATIVA A VALE ALIMENTAÇÃO	150,00	0,00	FMAS - RETENÇÃO RELATIVA A VALE ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00
FMAS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	245.735,95	229.227,87	FMAS - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	252.619,39	205.706,72
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (Nota 4)	1.668.807,09	761.719,16	Saldo para o Exercício Seguinte (Nota 8)	1.496.135,25	1.668.807,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.668.807,09	761.719,16	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.496.135,25	1.668.807,09

Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma - 2024

R BARAO DE ITAPISSUMA, S/N - CENTRO
Itapissuma/PE - CEP: 53700-000
CNPJ Nº: 15.291.317/0001-00 Telefone: (81) 35481438

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64
2024



Documentação assinada digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Acesse em: https://pccs.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 529a81d6-61b6-61bb-4ece-85d0-45d1b141ae3b

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
CAIXA	3.675,38	3.675,38	CAIXA	3.555,38	3.675,38
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.665.131,71	758.043,78	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.492.579,87	1.665.131,71
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
TOTAL GERAL:	8.305.239,19	7.365.822,85	TOTAL GERAL:	8.305.239,19	7.365.822,85

Ediene Maria Tenório Santos
Sec. de Ação e Serviço Social
CPF 833.974.184-53

Ronaldo Alves de Oliveira
Contador
CRC 016677/0-0

Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma

Nota Explicativa

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FILHO
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2981d6-6b1b-4000-9000-000000000000

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma

CNPJ: 15.291.317/0001-00

a.2. Domicílio da entidade

R BARAO DE ITAPISSUMA , S/N

CENTRO, Itapissuma – PE

CEP: 53700-000

a.3. Dados do gestor

Ediene Maria Tenório Santos

Cargo: Sec. de Ação e Serviço Social

CPF: 833.974.184-53

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

Ronaldo Alves de Oliveira

CRC: 016677/O-0

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1206 de 26 de fevereiro de 2024 (LOA nº 0024). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receita de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de Dezembro de 2023 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Itapissuma:

Fundo Municipal da Ação Social de Itapissuma

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acréscido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a taxa cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.



c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas



c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2024 totalizaram R\$ 1.005.527,69. Houve uma queda de R\$ 536.249,26 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 1.541.776,95.

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 5.072.734,80. Houve um aumento de R\$ 588.650,69 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 4.484.084,11..

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 558.169,61, sendo R\$ 515.656,45 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 3.661,28 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 38.851,88 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2023 foi de R\$ 1.668.807,09, sendo R\$ 1.668.807,09 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2024 totalizaram R\$ 6.288.427,20. Houve um aumento de R\$ 1.057.540,55 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 5.230.886,65.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2024, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 11.523,50. Houve uma queda de R\$ 4.192,12 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 15.715,62.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 509.153,24, sendo R\$ 435.306,10 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 73.847,14 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2024 foi de R\$ 1.496.135,25, sendo R\$ 1.496.135,25 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE BEZERRA TENORIO FERREIRO, RONALDO ALVES DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.ce-pe.gov.br/gpp/validador/assam> Código do documento: 529a81d6-61b4-4c9e-85d0-45d1b141ae3b

d) Outras Informações Relevantes



d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2024 totalizaram R\$ 8.305.239,19. Houve um aumento de R\$ 939.416,34 em relação ao exercício de 2023 que foi de R\$ 7.365.822,85.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	1.668.807,09
+	Receita Orçamentária	1.005.527,69
+	Transferências Financeiras Recebidas	5.072.734,80
+	Recebimentos Extra Orçamentários	558.169,61
-	Despesas Orçamentárias	6.288.427,20
-	Transferências Financeiras Concedidas	11.523,50
-	Pagamentos Extra Orçamentários	509.153,24
=	Saldo para o Exercício Seguinte	1.496.135,25

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 5.072.734,80

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 11.523,50

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

RECURSO ORDINÁRIOS:

Totalizando R\$ 0,00

RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

**g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial**

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balanço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

Ediene Maria Tenório Santos
Sec. de Ação e Serviço Social, CPF 833.974.184-53

Ronaldo Alves de Oliveira
Contador, CRC 016677/O-0